

Na Cidade da Bahia de Todos os Santos e Africanos

*Carlos da Silva Jr.**

A vista da Cidade da Bahia através dos navios impressionava e encantava a maioria dos estrangeiros que por lá passavam.¹ “A Bahia de Todos os Santos pode passar por uma das maiores, belas e cômodas do mundo, pode abrigar mais de dois mil navios”, disse o viajante francês Froger, em 1696. Poucos anos depois, o capitão inglês William Dampier teve impressão semelhante a respeito da cidade, embora prestasse mais atenção aos aspectos arquitetônicos e econômicos da capital da América portuguesa: “[Salvador] é a mais considerável cidade no Brasil, seja em respeito à beleza dos seus edifícios, seu volume, ou seu comércio e receita”.² Mas se para tais viajantes a cidade parecia excelente, para os africanos escravizados que chegavam a bordo dos navios negreiros, a sensação era bem diferente.

O tráfico transatlântico de escravos trouxe mais de 10 milhões de africanos para as Américas.³ Durante o século XVIII, a América portuguesa foi um dos principais portos de desembarque de escravos. E nesse sentido, Salvador exerceu um papel de destaque, recebendo um grande número de pessoas de diferentes partes da África.

A escravidão na Bahia setecentista era alimentada primordialmente pelo tráfico atlântico. Anualmente, milhares de africanos eram transportados de suas terras de origem, “Angola e outras partes da guiné”, e desembarcados na Bahia, para trabalharem nas fazendas e engenhos de canas do Recôncavo, nas atividades urbanas, como o serviço de ganho, ou no trabalho doméstico. “Para cada branco havia ali mais de 20 negros”, afirmava com exagero o engenheiro francês Freziér, em 1714. Mas suas impressões iam além; para ele, os escravos que viviam em Salvador – em sua maioria africanos – faziam da cidade uma “nova guiné”.⁴

O engenheiro francês não teve uma impressão equivocada. De fato, era possível vê-los em toda parte: trabalhando nas ruas, no porto, vendendo alimentos, nas casas dos senhores, carregando pessoas e/ou mercadorias. No final do século XVII e início do XVIII, com o incremento do tráfico de escravos graças à descoberta das minas, Salvador

* Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia, doutorando em História pela University of Hull, Reino Unido, Research Fellow, University of Hull, Reino Unido. Bolsista EUROTAST

tornara-se uma Babel africana. Vindos de diversas regiões da África, esses escravos foram organizados em nações, categorias étnicas construídas para designar a escravaria oriunda da África.

Sob esses rótulos, os africanos tiveram de se organizar e sobreviver à nova condição imposta pela escravidão no Novo Mundo. Mas antes de examinar esse aspecto de suas vidas, é importante conhecer a Cidade da Bahia nesse período. Dessa forma, compreenderemos melhor toda a surpresa dos viajantes com relação à presença dos escravos na capital da América portuguesa.

Salvador, cidade negra, cidade africana

Ao desembarcarem em Salvador, os africanos estavam chegando ao principal centro urbano da América portuguesa. Nesse período, a Cidade da Bahia era o centro econômico, político e administrativo da colônia. Para a maior parte desses recém-chegados, a cidade que conheceriam era muito diferente das suas comunidades de origem. Isso deve ter causado além de temor, muita surpresa entre os africanos escravizados.

No início do século XVIII, Salvador era uma cidade de dimensões consideráveis, em comparação com outros centros urbanos da América portuguesa. Em 1706, um censo eclesiástico apontou a presença de 21.601 pessoas aptas à confissão em Salvador – pessoas acima de sete anos de idade –, espalhadas entre as seis freguesias da cidade (Sé, Vitória, Conceição da Praia, Santo Antônio Além do Carmo, Santana e São Pedro).⁵ Acrescido de crianças e escravos recém-chegados, a população alcançaria algo em torno de 24.193 pessoas no mesmo período, segundo cálculos de Stuart Schwartz.⁶

Pouco mais de uma década e um novo censo foi realizado, dessa vez pelo padre Gabriel Soares de França.⁷ Em dissertação apresentada à Academia dos Esquecidos, círculo intelectual baiano, Soares da França estimou a população da capitania da Bahia em aproximadamente 80 mil pessoas, em 1724. Para Salvador, seus cálculos sugerem um total de 24.993 indivíduos, algo não muito distante do censo eclesiástico de 1706. Ainda de acordo com os dados da dissertação, a população escrava, estimada em 12.132 cativos, correspondia quase à metade dos habitantes de Salvador no período (48,54%). Entretanto, se considerarmos que entre os homens e mulheres livres descritos pelo padre existiam também ex-escravos – alguns africanos, sem dúvida –, então a presença negra era ainda maior.⁸

O impacto da migração forçada de africanos podia ser percebido por sua distribuição pela cidade. Em algumas de suas freguesias mais importantes, o número de escravos superava o de pessoas livres. Era o caso da freguesia da Sé, a mais populosa dentre todas as freguesias de Salvador. Fundada em 1552 por D. Pero Fernandes Sardinha, na Sé

encontrava-se a Catedral de Salvador e os principais edifícios religiosos da cidade. Em sua breve passagem por Salvador, Dampier teve a oportunidade de contar 13 igrejas, além de capelas e inúmeros conventos. Entre esses templos destacava-se a Catedral - a “Eclesia major” – e o colégio dos jesuítas. Em sua descrição, elenca ainda as igrejas de Santo Antônio e Santa Bárbara, sedes de freguesia; as igrejas dos franciscanos



MAPA 1: SALVADOR, SEGUNDO DAMPIER, 1699

Extraído de William Dampier, *A Voyage to New Holland, &c. In the Year, 1699*, London, James Knapton, at the Crown in St. Paul' Church-yard, 1703, p. 49.

e dominicanos; dois conventos de carmelitas. As hierarquias sociais continuavam evidentes mesmo no momento de fé: havia capelas para os diversos grupos sociais, como homens do mar, soldados e pessoas pobres.

Em seu relato, Dampier fala ainda da imponência do palácio do governador geral visto da Baía de Todos os Santos (“parece bonito do mar”). À época, vivia naquele palácio d. João de Lencastre – que Dampier acreditava ser descendente da família inglesa dos Lancaster –, que governou a Bahia entre 1693-1702, quando foi substituído por d. Rodrigo da Costa (1702-1705).⁹ A partir de 1720, com a chegada de Vasco Fernandez César de Menezes (1720-1735), o título de vice-rei – então concedido apenas a alguns governadores-gerais – foi atribuído sistematicamente àqueles que ocuparam esse cargo, indicativo da importância que a América portuguesa alcançava na política metropolitana no Atlântico Sul.¹⁰

Na freguesia da Sé podiam ser encontrados ainda o Tribunal da Relação – a suprema corte da América portuguesa –, além de importantes instituições locais, como o Senado da Câmara da cidade de Salvador e a prisão do aljube.¹¹ Era de fato o centro político-administrativo da colônia na primeira metade do século XVIII.

Nessa freguesia residiam – ou pelo menos possuíam alguma propriedade, em geral sobrados – alguns dos homens mais poderosos de Salvador na primeira metade do século XVIII e, naturalmente, também seus escravos. Se os dados disponíveis na dissertação de Soares da França estiverem corretos, então por volta de 1724, a Sé possuía 7 836 habitantes, dos quais 3 392 eram cativos, ou seja, cerca de 50,7%.

Em outras freguesias, a diferença era ainda maior. A freguesia da Conceição da Praia – também chamada de “Praia” –, localizada na região do porto de Salvador, na cidade baixa, tinha uma forte presença escrava, principalmente por ser o coração econômico da cidade, graças à sua posição estratégica. Diariamente era possível acompanhar a chegada de navios de grande porte (galeras, sumacas, charruas), saveiros, iates e outras embarcações abarrotadas de todo o tipo de mercadorias: caixas de açúcar produzido no Recôncavo baiano, destinadas à metrópole; fumo de primeira qualidade, que seriam enviados para Portugal, e depois para outros países da Europa; tabaco de terceira qualidade, usado como moeda de troca por escravos no litoral africano. Evidentemente, desembarcavam diversos produtos de consumo na América portuguesa, alguns ao alcance apenas de seus mais opulentos moradores, como as valiosas louças e tecidos da Índia.¹²

Na Conceição da Praia viviam e trabalhavam, segundo um de seus moradores, “a maior parte dos mercadores daquela praia”.¹³ Outro viajante dá uma descrição semelhante sobre o cotidiano da freguesia e o perfil de seus moradores. De acordo com Barbinais, “todos os comerciantes, os homens de negócios e de mar fazem sua morada na cidade baixa por causa da comodidade do porto. Faz-se aí um grande comércio, e esse lugar fornece a outros todos os gêneros que vêm do fundo da Baía”.¹⁴ Alguns desses “gêneros” descritos por Barbinais vinham do outro lado do Atlântico e estavam disponíveis, de uma maneira ou de outra, a todos os moradores da cidade: os escravos.

Se mais uma vez recorrermos ao censo eclesiástico de 1724, veremos que a freguesia da Conceição da Praia contava com 4.938 pessoas. Destes, 2.820 (57,10%) eram cativos. Esse dado não espanta, tendo em vista a posição dessa freguesia como centro comercial da Cidade da Bahia, o que proporcionava aos escravos mais experientes – também chamados *ladinos* – maiores oportunidades de conseguir algum dinheiro no trabalho ao ganho. Entretanto, chama atenção a presença massiva de africanos escravizados convivendo cotidianamente com a população branca, mas principalmente com outros cativos e libertos, em sua maioria também africanos. Diante disso, não estava errado Dampier, quando afirmou que “os escravos negros nesta cidade [de Salvador] são tão numerosos, que eles formam a grande maioria ou volume dos habitantes”.¹⁵

No Recôncavo baiano, região limítrofe com Salvador, a dimensão da escravidão era ainda mais latente. A análise do número de seus habitantes é importante porque, obviamente, os escravos do Recôncavo circulavam por Salvador, seja levando produtos para venda na capital, seja acompanhando seus senhores. Suas 14 freguesias possuíam, em 1724, uma população total de 39.688 pessoas, dos quais 24.217, ou 61,01% era composta por escravos – quase a população de Salvador no período – divididos entre 106 engenhos. Entretanto, como afirma Schwartz, os dados de Gabriel Soares da França parecem incompletos, pois ele não mencionou alguns engenhos e deixou de discutir pelo

menos duas paróquias. Isso alteraria esses números, embora provavelmente apenas confirmasse o peso da escravidão no Recôncavo baiano no século XVIII.¹⁶

Na década de 1750, novos recenseamentos foram realizados, que vieram a confirmar o crescimento acentuado da população de Salvador. Estimou-se em 37.543 pessoas divididas em 6.719 fogos (unidades domésticas) o número de habitantes de Salvador em 1755, excluindo-se novamente os menores de sete anos, como já acontecera em 1706.¹⁷ Em 1759, um censo foi levantado a pedido do vice-rei e governador-geral da Bahia, d. Marcos de Noronha, conde dos Arcos. Com certeza, o engenheiro José Antônio Caldas utilizou seus números para estimar a população de Salvador em 40.263 pessoas, distribuídas entre 6.752 fogos, em sua *Notícia Geral de toda essa Capitania da Bahia*.¹⁸ Levantamentos posteriores vão dar conta de que a população negro-mestiça – pretos, crioulos, pardos e mulatos –, cativos ou forros, representava um percentual ainda mais importante dos habitantes da cidade.¹⁹

O ambiente urbano não era algo novo para uma parte dos africanos escravizados na Bahia em geral, e em Salvador, em particular. Muitos viviam em configurações urbanas – principalmente aqueles vindos da África Ocidental –, e muitos outros passaram algum tempo nessas cidades antes do embarque para a América portuguesa.²⁰ Por exemplo, Allada, capital do reino de mesmo nome, era um grande aglomerado urbano em meados do século XVII. Em 1662, missionários espanhóis estimaram sua população em 30.000 indivíduos.²¹ Whydah, o principal porto de escravos na África Ocidental para a Bahia, era a terceira maior cidade do Daomé, com uma população em torno de 8.000 pessoas em 1772. As duas maiores cidades eram Cana, com 15.000 habitantes, e Abomey, a capital do reino do Daomé, com 24.000 pessoas.²²



IMAGEM 1: WHYDAH, SÉCULO XVIII

Extraído de Thomas Astley (ed.), *A New General Collection of Voyages and Travels* (London, 1745-47), vol. 3, plate 9, facing p. 64. Disponível em <http://www.slavevoyages.org/tast/resources/images-list.faces>.

Luanda, em Angola, África Centro Ocidental, possuía, assim como Salvador, uma estrutura administrativa portuguesa, principalmente por conta do seu papel como o principal fornecedor de escravos para o Brasil. Em censo realizado em 1781, Luanda teve uma população estimada em 9755 pessoas.²³ Essa era Salvador, uma cidade que diferia em muitos aspectos das cidades e vilas natais da maioria dos africanos. Mas foram essas pessoas, que tiveram histórias de vida e experiências anteriores à escravidão, que ajudaram a moldar as sociedades do mundo atlântico, e em especial a cidade de São Salvador.

1. Cidade da Bahia era outro nome pela qual Salvador era conhecida durante o período colonial; assim, sempre que utilizar essa expressão, estarei me referindo à capital, enquanto que, quando usada isoladamente, Bahia significa a Capitania da Bahia. Cf. Charles R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, pp. 153-188.

2. Sier Le Froger, *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 & 1697, Aux Cotes D'Afrique, Detroit de Magellan, Bresil, Cayenne et Isles Antilles, Par une Escadte des Vasteaux du Roi, commandée par M. de Genes*, A Amsterdam, Chez les Heritiers, D'Antoine Schelte, 1699, p. 140; William Dampier, *A Voyage to New Holland, &c. In the Year, 1699*, London, James Knapton, at the Crown in St. Paul' Church-yard, 1703, p. 49.

3. Para as estimativas mais recentes do volume do tráfico transatlântico de escravos, cf. o banco de dados online coordenado por David Eltis, Stephen Behrendt, David Richardson e Manolo Florentino, *The Transatlantic Slave Trade Database* (doravante *TSTD*), que registra algo em torno de 35 000 viagens entre a África e as Américas. Disponível em <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>. Quando se tratar de embarcações usadas no tráfico negreiro, usarei a notação Voyage # para indicar o número da viagem no banco de dados.

4. Frezier, M. [Amédé] *Relation dum Voyage de la Mer du Sud, Detroit de Magellan, Brésil, Cayenne et les Isles Antilles*, Amsterdam, Honoré et Chatelain, 1715, p.275. Para mais relatos de viajantes e suas impressões sobre a Bahia no período colonial, cf. Afonso de Taunay, *Na Bahia Colonial (1610 – 1764)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925. Sobre os diferentes significados que “guiné” assumiu no decorrer dos séculos, cf. Soares, *Devotos da cor*.

5. Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), *Coleção Castro e Almeida*, cx. 11, doc. 2010 (11 de agosto de 1755).

6. Schwartz, *Segredos internos*, p. 85.

7. Localizei pouca informação sobre Gabriel Soares da França na documentação.

Em consulta às Cartas do Senado da Câmara, descobri que, em 1708, ele servia como vereador na Câmara de Salvador. Encontrei um registro específico: uma carta ao rei de Portugal datada de 15 de dezembro de 1708. Nela, junto com Sebastião da Rocha Pitta – homem de família poderosa e autor da erudita *História da América Portuguesa* –, Balthazar de Vasconcelos Cavalcante e Martinho Barboza de Araújo, Gonçalves da França condenava “o excesso, e luxo com que negros e mulatos se vestem nessa terra”; afirmava que “deles nascem os roubos, insultos que cada dia se experimentam com tanto prejuízo como é notório”. Por essa razão, solicitava ao rei que negros e mulatos fossem proibidos de usar seda e ouro, além de vedar-se aos homens mecânicos (negros ou não) andarem em serpentinas, evocando a pragmática já em vigor no reino. Tudo isso feito em nome do “bem público”. Arquivo Público da Bahia (doravante APB), *Cartas do Senado da Câmara à Sua Majestade*, vol. 130, pp. 139-140. Sobre a roupa dos escravos, ver Silvia Hunold Lara, *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, pp. 92-125.

8. Schwartz, *Segredos internos*, p. 86-7. Em vista da falta de clareza em relação aos limites geográficos entre Salvador e o Recôncavo, bem como pela grande circularidade de pessoas entre duas localidades, é difícil discernir com precisão sua população no Setecentos. Ao mesmo tempo, a imprecisão dos censos no século XVIII dificulta uma análise mais refinada desses números. A melhor síntese da demografia de Salvador nesse período ainda é a de Thales de Azevedo, *Povoamento da cidade de Salvador*, Edição Fac-Similar, Salvador, Fundação Pedro Calmon, 2009, pp. 150–168.

9. Dampier, *A Voyage to New Holland*, p. 51. APB, Seção Colonial, *Ordens Régias*, vol. 7, doc. 1 (Carta do rei de Portugal ao governador geral do Estado do Brasil, de 6 de maio de 1702); *Ordens Régias*, vol. 7, doc. 2 (resposta do governador geral do Estado do Brasil, de 3 de setembro de 1702). Na verdade, d. João de Lencastre era descendente de d. João II, outrora rei de Portugal. Além disso, Lencastre foi governador de Angola no período entre 1688-1691, demonstrando a associação do exercício do cargo de governador em diferentes regiões do Atlântico Sul, especialmente Brasil e Angola. Sobre esse tema, cf. Maria de Fátima Gouvêa, “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”, In: João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 305-6. Para uma análise das atividades de d. João de Lencastre como governador geral, cf. Laura de Mello e Souza, *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006. Cf. também Luís Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 319.

10. Gouvêa, “Poder político e administração”, In: Fragoso, Bicalho & Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos*, p. 303.
11. Segundo Avanete Souza, a atual Câmara teve sua construção iniciada na década de 1660, tendo terminado na década de 1690. Vale lembrar que, seguindo costumes do Reino, era denominada “Casa de Câmara e Cadeia” que, além de suas funções administrativas (organização da vida institucional e social da cidade), servia para a detenção de malfetores e outros condenados judicialmente ao cumprimento de penas. Ver Avanete Souza, “Poder local e cotidiano: a Câmara de Salvador no século XVIII”, (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia), 1996, pp. 36-38. Um dos que passou pelas celas da Câmara foi Jozeph de Torres – homem “mui orgulhoso e de um espírito inquieto”, nas palavras do rei –, em junho de 1712, quando estava preso na “cadeia pública” e “sala fechada de polícia”. APB, Seção Judiciário, *Livro de Notas da Capital*, maço 26, pp. 52, 53 (“Escriptura de venda que faz Jozeph de Torres ao Capitam de Mar e Guerra Bento de Ar^o. de três Coartos de Hum Navio por Invocação N. Sr^a. da Assumpção e são João Bap^a. Por preço de 2:600”). Para uma visão do Tribunal da Relação, cf. Stuart B. Schwartz, *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores (1609-1751)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011.
12. No século XVIII a freguesia da conceição da praia ampliou seu caráter comercial, ligado a importação e exportação. Na mesma localidade incrementou-se a indústria de construção naval, tornando-se uma das mais importantes de todo Império português. Souza, “Poder local e cotidiano”, p. 29.
13. APB, Seção Judiciário, 04/1614/2083/08, *Inventário post-mortem de Francisco Gonçalves Dantas (1738)*.
14. Le Sieur Gentil de la Barbinais, Voyages, 1729, Apud Pierre Verger, *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos (dos séculos XVII a XIX)*, Salvador, Ed. Corrupio, 4^a ed., 2002, p. 105.
15. Dampier, *A Voyage to New Holland*, p. 61.
16. Schwartz, *Segredos internos*, p. 86.
17. AHU, *Coleção Castro e Almeida*, cx. 11, doc. 2010 (11 de agosto de 1755). Nesse período, Salvador já possuía mais três freguesias, além das citadas no censo de 1706 e 1724, a saber: a freguesia da rua do Passo (1718), Brotas (1718) e do Pilar (1720). A freguesia de Nossa Senhora da Penha foi a última a ser instituída, em 1760. Para uma relação das freguesias de Salvador, ver Anna Amélia Vieira do Nascimento, *Dez freguesias da cidade de Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*, Salvador, EDUFBA, 2007 [1986], p. 57-60.

18. José Antônio Caldas, *Notícia geral de toda essa capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*, Ed. Fac-similar, Salvador, Tip. Beneditina, 1951, p. 38.
19. Para um relação dos censos em Salvador durante o período colonial (1706-1807), ver A. J. R. Russell-Wood, "Ports of Colonial Brazil", In: Franklin W. Knight and Peggy K. Liss (eds.), *Atlantic port cities: economy, culture and society in the Atlantic world, 1650-1850*, Knoxville, The University of Tennessee Press, 1991, p. 221, 222 (tabela 8.4).
20. Paul Lovejoy, "The Urban Background of Enslaved Muslims in the Americas", *Slavery and Abolition*, vol. 26, N° 3, December 2005, p. 352.
21. Robin Law, *The kingdom of Allada*, Leiden, Research School CNWS, 1997, p. 14.
22. Robert Norris, *Memoirs of the reign of Bossa Ahádee, King of Dahomy, an inland country of Guiney, to wich are added the author's journey to Abomey, the capital, and a short account of the African slave trade*, London, W. Lowndes, N 77, Fleet-Street, 1789, p. 82, 92; Robin Law, *Ouidah: the social history of a West African slaving 'port', 1727-1892*, Oxford, Ohio University Press, 2004, pp. 72-74.
23. José C. Curto and Raymond R. Gervais, "The Population of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781 – 1844", *African Economic History*, 29 (2001), pp. 1-59.